

HISTÓRIA LOCAL: ENTRE O GÊNERO HISTORIOGRÁFICO E A HISTORIOGRAFIA DA EDUCAÇÃO

Elenice Silva Ferreira¹
 Carlos Roberto Jamil Cury²

RESUMO

O presente texto discorre acerca do debate teórico-metodológico na questão da produção historiográfica em nível local/regional, sem perder de vista a sua relação com o global, já que há muito a historiografia vem considerando que as realidades criadas pela ação do homem, sobre o espaço e no tempo, não podem ser analisadas apenas a partir de seus aspectos globalizantes, mas, também, a partir de suas particularidades e singularidades manifestadas, principalmente, em seu micro-espaço. Trata-se de uma postura teórica-metodológica que se generalizou por meio da chamada Escola dos *Annales*, sobretudo, em sua terceira geração, possibilitando a abertura de novas fronteiras interpretativas, de modo a promover outras vias para as pesquisas no campo da História, em especial, da História da Educação. Nessa perspectiva, a escrita da história da educação na dimensão local não deixa de reconhecer o município como entidade político-administrativa com vida própria, entretanto, articulado com as ações políticas e educacionais em nível nacional/global, rompendo com a dicotomia entre o centro e a periferia, o local e o global. O texto apresenta a parte de uma pesquisa de doutorado que buscou investigar as políticas públicas de educação do município de Vitória da Conquista-Bahia, no período entre 1945 e 1963, e as mudanças ocorridas na educação local decorrentes dessas. Para a análise do processo de formulação e implementação das políticas, buscamos suporte teórico-analítico na “abordagem do ciclo de políticas”, formulada por Ball e Bowe, cujo foco foi dado aos dois primeiros contextos do ciclo: o contexto de influência e o contexto de produção de texto. Podemos concluir, com os resultados obtidos, que em Vitória da Conquista a conexão entre educação e desenvolvimento se mostrou vinculada à cultura política de tratamento da questão educacional pelo poder público local, evidenciada, sobretudo, pela intensa atuação da Câmara de Vereadores.

Palavras-chave: História Local, Historiografia da Educação, *Annales*, Pesquisa.

INTRODUÇÃO

Ao realizar a pesquisa, o historiador da educação se vê diante de um passado humano que, como afirma Rüsen (2001), “não está estruturado na forma de um constructo que possamos compreender como história” (Rüsen, 2001, p. 68), de maneira que ao pesquisador está posto o desafio de interpretar o passado e, nesse movimento, fazer dos ‘feitos’, das ações humanas a história (Rüsen, 2001). Na tradição historiográfica francesa esse ‘fazer histórico’ ganhou forte impulso com a emergência da chamada *Escola dos Annales*, no início do século passado, cujo

¹ Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC/Minas, professora titular da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), elenicesf@hotmail.com.

² Professor orientador: Doutor em Educação, professor emérito da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), professor adjunto do Programa de Pós-graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais-PUC/Minas, crjcury@yahoo.com.br



movimento inicial foi distanciar-se da história historicizante centrada nos acontecimentos, deslocando o olhar dos aspectos políticos para os econômicos, para a organização social e a psicologia coletiva, além de se esforçar em aproximar a história das outras ciências humanas (Bourdé; Martin, 1983). Essa renovação historiográfica ganhou território amplo nas pesquisas em décadas posteriores, abrindo caminhos para o surgimento da chamada Nova História. Esta corrente historiográfica vem propor um novo jeito de “fazer a história”, começando por atribuir protagonismo aos sujeitos, antes ocultados pela narrativa histórica das grandes sínteses, tornando possíveis as investigações voltadas para as particularidades regionais e locais.

Nesse horizonte, o presente texto discorre acerca do debate teórico-metodológico na produção historiográfica em nível local/regional sem perder de vista a sua relação com o global, já que há muito a historiografia vem considerando que as realidades criadas pela ação do homem, sobre o espaço e no tempo, não podem ser analisadas apenas a partir de seus aspectos globalizantes, mas também, a partir de suas particularidades e singularidades manifestadas em seu micro espaço. Trata-se de um trabalho resultante de uma pesquisa de doutorado, que investigou as políticas públicas de educação do município de Vitória da Conquista-Bahia, no período entre 1945 e 1963, cuja opção teórico-metodológica adveio, sobretudo, dos horizontes abertos pela Nova História. Nesse sentido, buscamos aportes, entre outros estudos, no trabalho de Pierre Goubert (1992), cuja abordagem sobre a História Local, como gênero historiográfico³, nos permite voltar o olhar para a realidade local e interpretá-la como a história de “toda uma sociedade, não apenas dos privilegiados que a governaram, julgaram, oprimiram ou ensinaram” (Goubert, 1992, p. 48). Nessa perspectiva, a escrita da história da educação na dimensão local não deixa de reconhecer o município como entidade político administrativa com vida própria, entretanto, articulado com as ações políticas e educacionais em nível nacional/global, rompendo com a dicotomia entre o centro e a periferia, o local e o global.

METODOLOGIA

Propusemos para esta pesquisa uma metodologia qualitativa que, de acordo com Bogdan e Biklen (1994), é aquela que se caracteriza pela coleta de dados no ambiente natural em que o

³ De acordo com Philippe Ariès (2011), a famosa tese de Goubert, *Beauvais et le Beauvaisis de 1600 a 1730*, se apresentou como uma contribuição à história social da França do século XVII, servindo como um modelo de história demográfica, criando, assim, a história local como gênero historiográfico. Essa contribuição foi significativa para a historiografia produzida nos anos de 1950 (Ariès, 2011, p. 276).



próprio pesquisador deve buscar as informações para que possa melhor compreendê-las em seu contexto. Assim sendo, desde os primeiros momentos, procuramos nos cercar de estudos que dessem conta não apenas da ‘escrita da história’, dada a natureza historiográfica da pesquisa, mas que, sobretudo, nos amparassem na interpretação da complexa relação do Estado com as suas políticas públicas de educação e a sua interdependência entre o local e o nacional, nos moldes do federalismo brasileiro. A partir dos horizontes abertos pela Nova História, buscamos aportes para esta pesquisa nos estudos de Pierre Goubert, além de Michel de Certeau (1998, 2000, 2002, 2012). Quanto à pesquisa bibliográfica, valemo-nos dos estudos de Basbaum (1975-76), Ianni (1975, 1977, 1989, 2004), Cambi (1999), Carvalho (1995, 1997, 2010, 2011), Cury (1978, 1985, 1996, 2002,), Faria Filho (1998), Saviani (2002, 2005, 2008, 2012), Teixeira (1953, 1956, 1968), Schwartzman (2000), Werebe (1970), Romanelli (2003) *etc.*

Sendo esta uma pesquisa historiográfica, nos apoiamos nos estudos de Rüsen (2010), Burke (1992, 1991, 2008), Certeau (1982, 1998, 2000, 2002), Flamarion (2005), Le Goff (1976, 1990, 1996), Topolsky (2002), Aróstegui (2006), Goubert (1992), em quem buscamos o norteamento para a produção da pesquisa histórica, considerando a contribuição dada pela Nova História às novas possibilidades investigativas, em particular, na área de História da Educação. Ademais, também nos apoiamos em um suporte bibliográfico indispensável à análise do Estado e do município como unidades da federação, do sistema federalista no Brasil e das políticas públicas viabilizadas em seus diferentes arranjos. Foram eles: Meirelles (1957, 1976, 1979), Faoro (2004), Abrúcio (1998, 2005), Elazar (2006), Arretche (2000), Souza (2006, 2003, 2005, 2016), Bobbio (1987, 2004, 1998, 1995), Dallari (1986, 2013), Bonavides (2010). E para darmos conta da pergunta de pesquisa, buscamos suporte teórico-analítico na *policy cycle approach* ou “abordagem do ciclo de políticas”, formulada por Stephen Ball em colaboração com Richard Bowe. Enfim, a pesquisa realizada nasceu de um impulso investigativo provocado pela necessidade de encontrar respostas para algumas questões que nos inquietavam no presente. Uma dessas questões estava relacionada às lacunas sobre a história da educação local e ao silêncio acerca dos sujeitos que imprimiram a sua marca na educação do município. Assim, buscamos organizar o material que constituiu a nossa principal fonte [os documentos] na seguinte tipologia: leis, decretos, pareceres, atas, projetos, orçamentos, jornais *etc.* Todos os documentos localizados, com suas variadas marcas e evidências, constituíram-se em fontes que “testemunharam” a vida e o estar no mundo dos sujeitos, cujas vozes ganharam eco nos documentos da pesquisa, e, como tal, são passíveis de crítica. A partir desses pressupostos



elegemos como estratégia metodológica a análise documental, sobretudo, dos documentos da época, buscando compreendê-los e interpretá-los dentro das determinações sócio-históricas de seu tempo. No percurso metodológico trilhado foi possível reconstruir uma narrativa histórica, cheia de embates, consensos, avanços, recuos que caracterizam bem o teor dialético da sociedade, daí entendermos que a análise das políticas públicas de educação, no âmbito local, não pode prescindir de uma imersão na totalidade histórico-social de que lhe é própria ou no contexto social em que elas se situam.

REFERENCIAL TEÓRICO

*La Nouvelle Histoire*⁴ e o ressurgimento da História Local

O início do século XX era um tempo em que a “história tradicional se interessava quase exclusivamente por indivíduos, por camadas superiores da sociedade, por suas elites (os reis, os homens de Estado, os grandes revolucionários), e pelos acontecimentos (guerras, revoluções), ou pelas instituições (políticas, econômicas, religiosas) dominadas por tais elites” (Ariès, 2011, p.273). Nesse cenário, a História Social se apresenta como um contraponto à História Tradicional, tendo o seu campo de investigação voltado para a “massa da sociedade, deixada de lado pelos poderes, por todos aqueles em posição de subjugados”. (p. 273). Tratava-se de romper com a história política de viés positivista, a história historicizante ou *événementielle* que, por um lado, era o que Le Goff denominou de uma história-narrativa e, por outro, “uma história de acontecimentos, uma história factual, teatro de aparências que mascara o verdadeiro jogo da história, que se desenrola nos bastidores e nas estruturas ocultas (...)” (Le Goff, 1990, p.31). É nessa dinâmica que surge, em 1929, a chamada *École des Annales*, movimento historiográfico francês agrupado em torno da revista *Annales d’Histoire Economique et Sociale*, lançada em Estrasburgo.

Tendo como fundadores Marc Bloch e Lucien Febvre, a Escola dos *Annales* se ‘evolui’ em várias gerações e, em 1946, impõe-se com uma nova sigla passando a chamar-se *Les Annales. Economies. Sociétés. Civilizations* (Bourdé; Martin, 1983). Nessa nova versão a sua notoriedade se eleva, sobretudo, com a criação de um instituto de investigação e de ensino, a

⁴ A expressão “A nova história” é mais bem conhecida na França. *La Nouvelle Histoire* é o título de uma coleção de ensaios editada, em 1978, pelo renomado medievalista francês Jacques Le Goff. (Burke, 1992). Na tradução em português a expressão foi invertida no título.



VI Seção da *École Pratique des Hautes Études*, em 1947, presidido por Lucien Febvre e, posteriormente, por seu discípulo Fernand Braudel. Ao incorporar pesquisadores de diferentes campos de pesquisa em uma busca pluridisciplinar, a Escola dos *Annales* esforça-se por aproximar a História das outras ciências humanas, sobretudo, da Sociologia, da Antropologia e da Geografia. Esta última teve em Braudel o seu mais notável discípulo, quando a Escola dos *Annales* busca na Geografia a construção de uma nova abordagem para a interpretação dos fatos históricos, situando-os não apenas em um tempo histórico, mas também, em um espaço. Depois de 1968, Braudel se cerca de um comitê onde figuram Jacques Le Goff, Emmanuel Le Roy Ladurie e Marc Ferro, e é na década de 1970 que a Escola dos *Annales* alcança a sua terceira geração, sob o comando do medievalista Le Goff em parceria com Georges Duby. Em 1975, a era Braudel ficou para trás quando a VI Seção da *École Pratique des Hautes Études* se tornou a *École des Hautes Études en Sciences Sociales*, presidida por Le Goff, sendo substituído, em 1977, por François Furet (Burke, 1991). É incontestável que o movimento dos *Annales* se prolongou por sucessivas gerações, e é nesse movimento de intermitentes gerações que a Escola dos *Annales* abre espaço para o estudo do local. Essa nova tendência se fortalece nos anos de 1950 e ficou conhecida na França como ‘História Local’. Aqui se destaca Pierre Goubert, em uma de suas mais notáveis produções: *Beauvais e o Beauvaisis nos séculos XVI ao XVIII*, cuja contribuição para os estudos historiográficos locais é incontestável.

A História Local e a história da educação

A tese de Pierre Goubert *Beauvais e o Beauvaisis de 1600 a 1730* (1960) põe em evidência uma façanha da demografia histórica: a de que ela foi capaz de inventar os seus próprios métodos. Goubert foi um dos discípulos de Bloch que adotou “o espírito dos *Annales*” e, em seu eminente artigo publicado originalmente na obra *Historical Studies Today* (1972), intitulado “A História Local”, Goubert problematiza a pesquisa histórica elegendo como foco de discussão a história local. Nesse artigo, o historiador francês denomina a história local como sendo “aquela que diga respeito a uma ou poucas aldeias, a uma cidade pequena ou média (um grande porto ou uma capital estão além do âmbito local), ou a uma área geográfica que não seja maior do que a unidade provincial comum (...)” (Goubert, 1992, p.01). Segundo ele, a História Local teve os seus tempos áureos na França. Praticada com cuidado, zelo, e até orgulho, ela foi mais tarde desprezada, principalmente nos séculos XIX e primeira metade do XX, pelos



partidários da história geral, cujos métodos históricos usuais se ocupavam dos problemas das classes mais altas, ou seja, de uma história “interessada nos que fizeram as leis (...), naqueles que governavam e não nos governados, no clero e não nos fiéis, nas histórias de homens de letras descrevendo suas regiões e não na própria realidade da região” (Goubert, 1992, p.48). Não obstante, respaldada pelo novo olhar da Nova História que elege “novos problemas” e “novos objetos” para a pesquisa, a História Local ganha território amplo nas pesquisas históricas e, como possibilidade teórico-metodológica, vem se contrapor a uma história que “foi escrita a partir do centro” (Certeau, 1973 *apud* Schmitt, 1990, p. 261) e busca trazer para a cena histórica o sujeito da “história vista de baixo”. Assim, a História Local retorna à cena a partir de um novo interesse da História Social, ou seja, “a História de toda uma sociedade, não apenas dos privilegiados que a governaram, julgaram, oprimiram, ensinaram” (Goubert, 1992, p.48).

Por conseguinte, a História Local não se opõe à história global ou a “macro história”, o seu recorte apenas designa uma delimitação temática marcada por particularidades históricas, culturais, políticas, etc., quase sempre, ocultadas por generalizações maiores. A grande valia da história local está, sobretudo, em seu diálogo fecundo com a história global. Comumente, a história em sua abordagem local abriga também o aspecto regional. No entanto, vale salientar que a história local e regional, em sua formulação contemporânea não apresenta a dimensão geográfica como foco, ou lhe atribui o papel de condutora da ideia, como fizera Braudel. Assim sendo, na pesquisa em história da educação, ao pensarmos o local como um espaço de abrangência geográfica restrita, cujos sujeitos e práticas sociais expressam hábitos, costumes, tradições que lhes conferem uma identidade, a educação emerge como uma amálgama social importante, cuja função, em especial na dimensão municipal, está voltada tanto para o desenvolvimento social e econômico, quanto para a legitimação do poder local.

A pesquisa em História da Educação na dimensão local

Ao elegermos o local como perspectiva de abordagem para a História da Educação no município de Vitória da Conquista-Bahia, construímos um breve “desenho” do que foi a educação no município até os idos de 1945. Para darmos conta desse “desenho”, recuamos no tempo cronológico, começando pela criação das primeiras escolas do município, ainda no século XIX. Trata-se de um período em que as relações sociais e políticas ainda se manifestavam sob forte apelo ao autoritarismo coronelista, muito em voga naqueles tempos, de



modo que essas relações senhoriais inviabilizaram, quase que totalmente, um projeto educacional de maior alcance no município. Sabe-se que a primeira escola pública no município foi instalada no ano de 1832, pela Assembleia Legislativa da Província da Bahia. Era uma escola de “chão batido”, que funcionava em um “cômodo térreo parecido com um corredor de 3 metros de largura e 10 de comprimento, todo esfumaçado e desprovido de utensílios, pelo que se assentavam os meninos em tábuas, pedras e caixões colocados em roda de uma velha mesa (...)” (Aguiar, 1888, *apud* Viana, 1982, p. 434).

O município adentrou o século XX sem muitos avanços nesse setor, de modo que o cenário educacional só começou a ganhar impulso a partir da década de 1920. A chegada de Anísio Teixeira à Inspeção Geral do Ensino, na Bahia, nos anos vinte, veio com certo otimismo. Ao ser nomeado inspetor geral, no governo de Francisco Marques de Góes Calmon (1924-1928), Anísio se mostrou empolgado com a ideia de um “localismo educacional” (Abreu, 1960, p. 14), se empenhando na aprovação da Lei nº. 1.846, de 14 de agosto de 1925, de reforma da Instrução Pública na Bahia, além do Decreto nº. 4.218, de 30 de dezembro de 1925, que aprova o regulamento do ensino primário e normal. Anísio propõe, por meio da lei, a unificação dos serviços educacionais estaduais e municipais. Não obstante, a despeito da referida lei prever uma relação mais descentralizada nas questões educacionais entre Estado e município (Arts. 70 e 71), ela não se materializou no cotidiano da maioria dos municípios baianos como deveria, dada a estrutura deficiente destes, tanto do ponto de vista material, quanto financeiro. Em um relatório⁵ encaminhado ao governo do Estado por Anísio Teixeira, em 1928, supõe-se que a construção de prédios escolares encontrava dificuldades de custeios.

É bem verdade que a Constituição de 1934 ampliou, consideravelmente, as dimensões político-administrativas dos municípios, revigorando a sua política de arrecadação, já que sem uma “renda própria” a sua autonomia ficaria mais distante de ser alcançada. Entretanto, na década de 1930, o município de Vitória da Conquista ainda não contava com uma *intelligentsia* que definisse os contornos do projeto de educação que atendesse as demandas educacionais da população em seus diferentes estratos sociais. Foi, todavia, na gestão do prefeito Luiz Regis Pacheco Pereira, entre 1938 e 1945, indicado pelo interventor federal no Estado, Landolfo

⁵ TEIXEIRA, Anísio. Relatório apresentado ao Ex. Sr. Cons. Bráulio Xavier da Silva Pereira, Secretário do Interior, Justiça e Instrução Pública, pelo Diretor Geral da Instrução Pública, para ser encaminhado ao governador do Estado da Bahia. Salvador, **Imprensa Oficial do Estado**, 1928. 123p.



Alves de Almeida, que a educação municipal deu tímidos sinais de crescimento. Com a criação da Secretaria de Educação e Saúde do Estado, pelo Decreto nº. 9.471, de 22/4/1935, e com a nomeação de Anísio Teixeira como secretário, Vitória da Conquista teve as suas políticas públicas de educação alcançando tímido avanço. Em um Ato de número 36, assinado em 09 de fevereiro de 1939, o prefeito criou, de uma só vez, cinco escolas, sendo duas na cidade e três na zona rural. Segundo o mesmo documento, o município teria a obrigação de fornecer mobiliário e pagamento de “locação escolar às escolas que houver creado (*sic*)”, conforme exigência de um decreto estadual de nº. 11.121, de 13/10/1938.

É fato que políticas públicas sem recursos se tornam declaratórias e potencialmente inócuas (Cury, 2007). Nesse aspecto, com vistas à manutenção das escolas municipais, ainda no ano de 1940, o Executivo Municipal encaminha à Câmara de Vereadores um Projeto de Decreto-lei nº 66, de 02 de maio de 1940, cuja proposta seria criar “a taxa de 2% sobre todos os impostos para a manutenção das escolas públicas municipais” (Arquivo Público Municipal, 2018). A despeito da Constituição de 1934 exigir, em seu artigo 156, “nunca menos de dez por cento” da renda resultante dos impostos do município, “na manutenção e no desenvolvimento dos sistemas educativos” (Brasil, 1934), o referido projeto justifica que a aprovação da taxa se deve ao “intuito desta Prefeitura dotar as escolas municipais (...) de material necessário e dotar o município de mais algumas escolas”, além de argumentar que “as rendas deste município não correspondem, em vista de serem relativamente pequenas, às prementes exigências de um aparelhamento escolar municipal como convém e de criação de novas escolas, necessidade de urgência reconhecida” (Arquivo Público Municipal, 2018).

Nesse sentido, Werebe (1970) aponta que os preceitos constitucionais, no tocante ao financiamento da educação, nem sempre foram encarados com a devida seriedade, inclusive pela própria União, tendo esta evitado tais dispêndios por longo tempo, a partir da década de 1940. Também as quotas estaduais, no mesmo período, foram inferiores aos 20% constitucionais, em dez anos, mesmo havendo entre eles, alguns que excederam tais obrigações (p. 68). No entanto, Werebe (1970) aponta que os dados globais dos municípios, entre 1940 e 1959, mostraram que as porcentagens (médias) destinadas à educação sempre foram superiores às quotas estabelecidas pela Constituição (Werebe, 1970). A instituição do Fundo Nacional do Ensino Primário⁶, em 1942, trouxe certo alívio para a situação orçamentária do sistema

⁶ Decreto-Lei nº. 4.958, de 14 de novembro de 1942: Art. 3º - “Os recursos do Fundo Nacional do Ensino Primário se destinarão à ampliação e melhoria do sistema escolar primário em todo o país. Esses recursos serão



educacional, inclusive nos municípios onde as políticas educacionais dos Estados encontravam eco. O Decreto-lei nº. 4.958, de 14 de novembro de 1942, que criou o referido fundo, estabeleceu o Convênio Nacional do Ensino Primário, assinado em 16 de novembro de 1942 pelo Ministro da Educação e representantes dos Estados. Assim, diferente da União e dos Estados, no período entre 1940 e 1958, a esfera municipal foi quem mais aumentou as suas verbas educacionais em relação ao crescimento das suas rendas com impostos, ou seja, esse aumento nas rendas “foi vinte e seis vezes, enquanto das verbas com educação foi de quase quarenta e seis vezes” (Werebe, 1970, p.70).

Essa foi a nossa “operação historiográfica” (Certeau, 2000) possível, situada nesse *espaçotempo*, até os idos de 1945. Construir esse ‘desenho’ da educação no município representou uma condição para avançarmos em nossa investigação a partir do ano de 1945 até o ano de 1963. No entanto, buscamos, tão somente, construir um ponto de partida para a nossa análise, evitando as generalizações tão frequentes nesse tipo de narrativa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na análise dos dados não nos distanciamos dos objetivos aos quais buscávamos atingir na pesquisa e, aqui, as categorias construídas nos ajudaram a selecionar, cotejar e validar as respostas encontradas em nossa análise documental. Diante da documentação, foi imediata a constatação da precariedade do cenário educacional do município naquele período, ainda marcado pelo domínio oligárquico local. Nesse cenário, predominou o ensino privado oferecido nas poucas escolas construídas e, a despeito da Constituição de 1934 impor aos poderes públicos o dever de garantir a educação como um direito, foi somente no final da década de 1930, na gestão do prefeito Régis Pacheco (1938-1945), que a educação pública do município parecia dar sinais de crescimento. A organização da educação, nesse período, ainda se dava sob a vigência das leis de reforma da instrução pública na Bahia, aprovadas na gestão de Anísio Teixeira, junto à Inspeção Geral do Ensino, na década de 1920 e que permaneceram vigentes até o final de década de 1940. Assim, das 131 leis municipais localizadas, notamos que apenas três delas definiam as diretrizes e normas para a organização da educação local, enquanto as outras leis, em sua maioria, tratavam da “criação de escolas” e da “abertura de créditos

aplicados em auxílios a cada um dos Estados e Territórios e ao Distrito Federal, na conformidade de suas maiores necessidades”. (Brasil, 1942).



especiais”. Nesse sentido, as leis municipais analisadas revelaram muito sobre a concepção hegemônica de educação da época, marcada pela visão liberal republicana, tida como instrumento de desenvolvimento intelectual e moral e, por conseguinte, a via para se alcançar o progresso nacional

Comumente, a centralidade atribuída à educação escolar pelo poder público local, entre 1945 e 1963, teve na criação de escolas a sua tônica. A admissão de professores se mostrou uma questão relevante para esta pesquisa, constituindo uma de suas categorias de análise. Presente em 130 documentos, a nomeação/designação/admissão de professores parecia ser um aceno do poder público municipal a duas questões fundamentais em suas políticas públicas: atender a demanda por mais escolaridade da comunidade local, ao mesmo tempo em que buscava “empregar” uma população de professores.

Nessa análise, constatamos que a ação do poder público local sobre o conjunto da população do município, visava também, garantir a manutenção de alguns grupos no comando do município. Esse *modus operandi* do poder público local refletia a complexidade do modelo de divisão das competências administrativas, legislativas e, até tributárias, no federalismo brasileiro que, em seus arranjos, não conseguiu promover maior equidade entre os entes da federação e, no caso específico da Bahia, não conseguiu afetar as estruturas de poder historicamente construídas, como as velhas oligarquias baianas que ocupavam os governos estaduais e se destacavam pelo favorecimento de políticas locais. Os dados apresentados evidenciaram que em Vitória da Conquista a conexão entre educação e desenvolvimento se mostrava vinculada à cultura política de tratamento da questão educacional. Trata-se de uma cultura sedimentada na crença de que a solução dos problemas relativos à educação escolar dependia de investimentos, quase que totalmente, da criação da escola e da contratação do professor para atuar em seu interior.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluimos que o município de Vitória da Conquista, por muito tempo se viu amparado por uma legislação criada na década de 1920, por Anísio Teixeira, sem muita repercussão no interior da Bahia, dada a pouca presença do estado na oferta da educação, em parte dos municípios baianos, até meados do século XX. Nesse aspecto, os municípios vieram encontrar maior amparo legal para a organização de seus “sistemas” de ensino, somente após o fim do



Estado Novo, com a Lei Orgânica do Ensino Primário, de 1946, e com o advento da Constituição baiana, de 1947. Como toda pesquisa, esta nasceu da necessidade de encontrar respostas para algumas questões – estas estavam relacionadas às lacunas sobre a história da educação local e ao silêncio acerca dos sujeitos que imprimiram a sua marca na educação do município, evidenciando o que Saviani (2000) já havia denunciado ao afirmar que a História da Educação brasileira continua sendo, predominantemente, baseada nas fontes do governo central, ou dos Estados hegemônicos, não tendo, por enquanto, maiores condições de refletir as especificidades regionais e locais (Saviani, 2000 *apud* Miguel, 2004). Esse *modus faciendi* da historiografia da educação, pautado em generalizações maiores, impede que esses sujeitos, e o que eles produziram em um dado tempo e espaço, vençam o cerco do silenciamento pela chamada história tradicional. Daí ser imprescindível não apenas falar dos “silêncios da história”, mas, também, “questionar a documentação histórica sobre as lacunas, interrogar-se sobre os esquecimentos, os hiatos, os espaços brancos da história” (Le Goff, 1996, p. 109). Assim, essa dimensão da pesquisa histórica, ora discutida, não buscou sustentar que a História geral ou estadual sejam somas das histórias locais, no entanto, é certo que as generalizações nunca serão seguras se não se levar em conta os desenvolvimentos locais.

REFERÊNCIAS

ARIÈS, P. A História das mentalidades. *In*: NOVAIS, F. A.; SILVA, R. F. da. (Org.) *Nova História em perspectiva*. São Paulo: Cosac & Naify, 2011. p. 269-340.

BAHIA. Lei nº 1.846, de 14 de agosto de 1925. Reforma a Instrução Pública do Estado. Bahia. *Leis do Estado da Bahia*. Imprensa Oficial do Estado, 1925.

BAHIA. Lei Estadual nº. 1.898, de 4 de agosto de 1926. Autoriza o Poder Executivo a mandar construir nos municípios do Estado prédios destinados às escolas públicas. Bahia. *Leis do Estado da Bahia*. Imprensa Oficial do Estado, 1926.

BAHIA. Legislação Municipal de Vitória da Conquista. *Banco de Leis da Câmara Municipal*. Disponível em: <http://www.camaravc.com.br>. Acesso em: 12 de maio de 2018.

BOURDÉ, G.; MARTIN, H. *As escolas históricas*. Portugal: Forum da História, 1983.

BRASIL. Legislação Educacional Brasileira. *Casa Civil da Presidência da República*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 20 jun. 2018.

BRASIL. Constituição (1934) *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil*. Rio de Janeiro, 1934. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao34.htm. Acesso em



24 out.2018.

BURKE, P. (Org.). *A Escrita da História, novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992. 352 p.

NETO, W. G.; CARVALHO, C. H. de (Orgs.). *O município e a educação no Brasil, Minas gerais na Primeira República*. Campinas, SP: Alínea, 2012. 242 p.

CERTEAU, M. de. *A invenção do cotidiano*. 3 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998. 312 p.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Federalismo Político e Educacional. In: FERREIRA, Naura S. Carapeto. (Org.). *Políticas Públicas e Gestão da Educação: polêmicas, fundamentos e análises*. Brasília: Liber Livro, 2007. 218 p.

GOUBERT, P. História local. *História & Perspectivas*, Uberlândia, n.6, p.51-52, jan/jun., 1992.

LE GOFF, J. *A História Nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1990. 316 p.

_____. *História e memória*. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 1996. 476 p.

RÜSEN, Jörn. *Reconstrução do passado*. Brasília: Ed. UNB, 2010. 187 p.

_____. *Razão Histórica*. Brasília: Ed. UnB, 2001. 191 p.

SAVIANI, D. *História das idéias pedagógicas no Brasil*. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2008. 474 p.

SCHMITT, J.C. A história dos marginais. In: LE GOFF, J. *A História Nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1990. p. 261-290.

SILVA, Luis Carlos da Ibiapaba e. *Currículo pleno das escolas municipais*. Vitória da Conquista, BA: PMVC/SMED, 1996. 112 p.

SILVA, M. A. da. *República em migalhas: história regional e local*. São Paulo: ANPUH; Marco Zero; Brasília: CNPq, 1990. 185 p.

TEIXEIRA, A. Relatório do Quatriênio 1924-1928, apresentado ao Exmº. Sr. Conselheiro Bráulio Xavier da Silva Pereira, Secretário do Interior, Justiça e Instrução Pública. Bahia, IOE, 1928.

_____. A. Relatório: Educação, saúde e assistência no Estado da Bahia em 1948. Salvador: *Imprensa Oficial do Estado*, 1949. 80 p.

VEYNE, P. M. *Como se escreve a história*. 4 ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982. 285 p.

WEREBE, Maria José Garcia. *Grandezas e misérias do ensino no Brasil*. 4 ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970. 267 p.

